

EXPANSÃO DO MERCADO E DA PRODUÇÃO: O AUGUE DO MATE CATARINENSE.

Fábio Farias de Moraes – Centro de Informática e Automação de Santa Catarina –
fariasmoraes@outlook.com

Área temática: História econômica e Social

Resumo

Nossos objetivos expressos nesse trabalho são a compreensão das flutuações de preços e produção da erva-mate catarinense e seus impactos diretos e indiretos nas técnicas da indústria ervateira, na expansão dos ervais economicamente explorados e na formação do mercado consumidor do alimento. Para isso fizemos recortes mais ou menos arbitrários, dividindo o texto em períodos que facilitam o entendimento das nuances da relação entre oferta e demanda do vegetal. Após uma breve introdução discorremos acerca de “A forte expansão do mercado entre 1890 e a década de 1920”, período interessante, onde se processam as primeiras tentativas argentinas de substituir as importações de mate e as iniciativas estatais (federais e estaduais) de regulação da produção brasileira a fim de consolidar mercado; em seguida abordamos “o auge da produção ervateira na década de 1920”, em que, devido a uma conjuntura interna e externa, se alcançou o pico da produção no período estudado (até a década de 1940) e foi quando a erva-mate, principal produto de exportação no sul do país, e todo o complexo envolvido na sua produção, beneficiamento e distribuição alcançaram a maior participação na geração de renda e emprego nas regiões ervateiras; por fim nos interessa “o declínio da atividade ervateira”, servindo para compreensão do impacto da crise da década de 1930 para a economia primário-mercantil-exportadora. Nessa fase uma série de atividades, inclusive originadas por alguma relação com o complexo ervateiro, passaram a satisfazer a geração de renda e emprego e atração dos novos investimentos no lugar daquele. Entre as fontes utilizadas estão livros cujas idéias foram bastante difundidas, principalmente no Paraná, dissertações de mestrado, análise de séries históricas de estatísticas, leis e almanaques do início do século XX. O texto resultou de um capítulo da dissertação de mestrado em geografia, defendida pelo autor em 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina.

Palavras-chave: erva-mate; complexo ervateiro; economia sul brasileira.

Introdução

Incorporando hábitos salubres dos aborígenes sul-americanos, não sem relutância, foram os espanhóis os maiores responsáveis pela difusão da tradição do consumo de erva-mate como alimento entre as suas colônias platinas. Foram nas reduções jesuíticas que os processos de cultivo e preparo receberam as primeiras inovações técnicas da racionalidade mercantil. Apesar do retrocesso nas técnicas que algumas regiões ervateiras perceberam com a expulsão dos jesuítas por luso-brasileiros, manteve-se o mercado tradicional até os dias mais

atuais. Esse não foi nem de longe estável nos seus mais de dois séculos. Sofrendo oscilações ora mais bruscas, ora amenas, decorrente da conjuntura política dos países da bacia platina, experimentou momentos de grande alta, como na Guerra do Paraguai, e de queda irrefreável, como na crise de 1930. Tal como os principais produtos da pauta de exportação da economia brasileira primário-mercantil-exportadora, o mercado ervateiro sofreu com as crises reflexas que atingiam a capacidade de importação dos seus principais centros consumidores e com as iniciativas de substituição de importação na Argentina. Mas em meio a essas perturbações a renda auferida pelo setor ervateiro nacional seguiu, em todo o século XIX e até a década de 1920, tendência expansionista. Motivados pela elevação dos preços internos da tonelada de erva-mate os produtores expandiam a área de exploração dos ervais, nativos no segundo e terceiro planalto paranaense, em quase todo planalto de Santa Catarina e, ainda, na serra gaúcha e no sul do Mato Grosso do Sul. Assim, o mate e o conjunto de atividades que abastecia ou que servia diretamente a esse complexo agroindustrial tornavam-se elemento de fixação de colônias de povoamento, à medida que se expandiam o mercado e os ervais explorados economicamente.

Já como principal produto da pauta de exportação dos estados sulinos do Brasil, na segunda metade do século XIX aos anos 1920, as técnicas empregadas na indústria do mate progrediram aos saltos: primeiro, com o uso da força hidráulica, em detrimento do braço escravo; e logo, a energia a vapor e a modernização dos esquemas de produção. Resultado: desdobraram-se do complexo ervateiro um gama de atividades econômicas que hoje constituem base da geração de renda e emprego em vários municípios das regiões ervateiras do sul do Brasil.

A forte expansão do mercado entre 1890 e a década de 1920

Na década que segue o fim da escravatura, a crise do Encilhamento e a política econômica adotada, o financiamento da produção pela “senhoriagem”¹, levaram a uma forte desvalorização cambial, um estímulo às exportações, e a uma alta inflacionária². Ao mesmo tempo se abre o mercado chileno para as exportações de mate. Isso tudo contribuiu para

¹ Grosso modo, o termo “senhoriagem” significa a emissão indiscriminada de moeda para cobrir gastos do Tesouro.

² A inflação funciona como desestímulo a exportação, por aumento do preço relativo da mercadoria. A desvalorização da moeda nacional funciona como estímulo quando é superior a alta inflacionária. Na prática a mercadoria nacional se torna mais competitiva.

amenizar a crise (de crédito) do setor na primeira metade da década de 1890 e para promover uma forte recuperação nos anos que seguem.

Na década de 1890, sob encomenda do Ministério da Agricultura e do Comércio, foi publicado um estudo detalhado da atividade ervateira no Brasil. O Autor, o fisiologista francês, Dr. Louis Couty, então titular da cadeira de biologia industrial da Escola Politécnica e diretor do gabinete de pesquisas fisiológicas do Museu Nacional, estudou detalhadamente todas as fases da cadeia produtiva do mate e examinou com minúcias alguns dos engenhos de erva-mate do Paraná (inclusive o de Ildefonso Correa, por ser uma referencia nos processos de obtenção de melhor qualidade do mate) e do Rio Grande do Sul. A questão-chave era como promover a penetração da erva-mate brasileira no mercado europeu. Curiosamente, uma das conclusões centrais é de que os engenhos deveriam aproximar-se dos ervais para que obtivessem matéria-prima de melhor qualidade (CORREA FILHO, 1957). Ou seja, deveria ser encurtado o tempo entre os processos feitos em pleno erval e o beneficiamento. Essa obra, antes de tudo, serviu para que os burocratas brasileiros tivessem maior conhecimento técnico sobre essa mercadoria de preço crescente no mercado externo e que vinha aumentando consideravelmente sua importância econômica.

O trabalho focava as técnicas necessárias para melhorar a qualidade do mate brasileiro e permitiria a intervenção do Estado com propriedade no estabelecimento de normas sanitárias e de padronização da produção, inclusive tratando sobre a mistura da erva-mate com outras plantas (do gênero *ilex* ou não). Também era sua preocupação responder o que deveria ser feito no que concerne aos melhoramentos no produto para que fosse aberto o mercado europeu. (CORREIA FILHO, 1957)

Consubstanciado pelos estudos do Dr. Couty e com objetivo de estabilizar a produção dos ervais para garantir a matéria prima dos engenhos, é que em 1898 (novamente), o governo do Paraná promulgou lei (n.º 270 de 7 de janeiro) que regulamentou a produção de erva-mate no estado. O resultado imediato foi a restrição na oferta, mas a tendência seria a ampliação da demanda de um produto mais homogêneo e de melhor qualidade.

Os empréstimos tomados na Inglaterra para a estabilização da moeda brasileira e da taxa de cambio, entre os últimos anos da década de 1890 e primeiros anos da década de 1910³, surtiram efeito e o ambiente econômico da virada do século no Brasil foi diferente de 10 anos antes. Só não foi melhor porque já nos primeiros anos do século XX uma nova crise no

³ Em 1898 o governo brasileiro pegou empréstimo de mais de 8,6 milhões de libras para valorizar a moeda nacional. Sem maiores impactos para o comércio de mate, em 1903 e 1905, foram feitos empréstimos internacionais pelo governo brasileiro, da ordem de 8,5 milhões de libras, para a construção do Porto do Rio de Janeiro, o que acabou por jogar a taxa de cambio para baixo.

continente europeu provocou queda das exportações brasileiras. A história é a mesma das crises anteriores: o padrão primário-exportador não garantia condições para o desenvolvimento a partir de forças endógenas e as economias reflexas da América Latina eram sensíveis às nuances do mercado europeu. Soma-se ainda a valorização do câmbio, pesando contra as exportações. A economia brasileira enfrentaria ainda no início do século XX a falência de instituições bancárias.

Não bastasse, o excesso de produção nesse período (nos últimos anos do século XIX e início do século XX), possivelmente pela expansão da produção catarinense — Já em 1898 o principal produto embarcado em São Francisco do Sul era a erva-mate destinada ao Rio da Prata, 3,86 mil toneladas, cerca de 12% do volume das exportações do país (ALMANAK LAEMERT, 1901) — e a especulação de preços levaram alguns produtores paranaenses a amargar prejuízos.

Liquidada a crise externa e diante da influência no pensamento econômico dos ideais de economia nacional (da escola histórica alemã), passou-se a um período de políticas protecionistas à indústria e à reestruturação do mercado de crédito bancário. Foi quando bancos estrangeiros (ingleses) se instalaram, inclusive, nos principais centros comerciais de erva-mate do Brasil (Curitiba e Paranaguá), ampliando, através de créditos a exportadores (na forma de adiantamentos), o volume de transações internacionais. Por vezes os encarregados dos escritórios desses bancos eram os próprios exportadores de erva-mate, como se percebe no ALMANAK LAEMERT de 1905, onde na lista de atividades dos sócios da firma Guimarães & C., entre atividades de comercialização e beneficiamento de erva-mate e outros produtos, lemos:

(...) Encarregados do London & Brazilian Bank Limited, do The British Bank of South America Limited e do Banco do Commercio do Rio de Janeiro e do Estado do Rio Grande. ALMANAK LAEMERT, 1905, pg. 1854)

Os bancos ingleses entraram na divisão da mais-valia gerada no ceio da atividade ervateira e a potencializaram. Os lucros comerciais e a renda de forma geral elevavam-se desproporcionalmente nas regiões ervateiras enquanto a especulação dos preços tornava-se uma constante no processo de distribuição da mercadoria.

Os benefícios aos capitais exportadores de mate das regiões litorâneas não se limitaram àqueles advindos de sua astúcia ou pela sua capacidade de negociar lucrativamente, decorriam esses, sobretudo, de uma canalização do tráfego de exportação para esses pontos. O Pacto Colonial obrigava as exportações brasileiras a tomar o caminho do litoral. Sua herança, a

condução da economia voltada ao comércio externo, conduzia os investimentos de forma inercial, ou seja, reafirmando o comércio externo via litoral. Por isso de longa data os caminhos do mate tinham como nós importantes as cidades portuárias litorâneas. Além do mais, os investimentos em transporte vieram sempre precedidos de pressão por parte da demanda. Quando aconteciam, serviam ao capital exportador de erva mate.

A concorrência com as regiões ervateiras do estado vizinho — já que a indústria ervateira gaúcha, mais atrasada que a paranaense e a catarinense, que se equiparavam em termos de técnicas, servia exclusivamente ao consumo do mercado gaúcho (CORREA FILHO, 1957) — imprimiam ações enérgicas do governo do Paraná, que em 1902, decidiu por promulgar duas leis importantes ao mercado ervateiro: a equiparação entre direitos de exportação da erva-mate cancheada e beneficiada, com restrição à acomodação das mercadorias, e a possibilidade de arrendamento pelo poder público estadual dos ervais localizados em terras devolutas (ARANHA, 1967).

Ao final do século XIX e início do século XX essa crescente concorrência na produção de erva-mate com o estado de Santa Catarina e, em menor grau, também com Rio Grande do Sul foi o que levou as autoridades do Paraná a movimentar-se pela melhoria das condições de produção da indústria ervateira local. Reflexo desse movimento as antigas embalagens, herdadas do tropeirismo, os invólucros de couro foram substituídas por barricas de madeira (normalmente pinho). Isso permitiu um importante incremento do complexo de atividades ervateiras, as fábricas de barricas e, mais a frente, a indústria gráfica, para confecção dos rótulos.

Afinal, foi a reboque da acumulação ervateira que o poder público, pressionados pelos capitais ervateiros, os “barões do mate”, construiu as obras de infraestrutura que garantiram a ampliação da produção de mate no Paraná, com destaque a Estrada da Graciosa (de 1873), a Linha ferroviária Curitiba-Paranaguá (trecho concluído em 1885, da Estrada de Ferro Paraná) e a ampliação dos portos marítimos.

Em 1907, depois de um período de franca expansão da produção e da renda, o setor ervateiro viu mais uma queda de preços, condicionada por uma crise internacional curta. Os efeitos da criação da Caixa de Conversão⁴ e alguns empréstimos internacionais tomados entre 1907 e 1909 contribuíram para estabilização de uma taxa de câmbio superior a 15 libras por mil réis. Curiosamente, isso não se traduziu em grande empecilho para o crescimento da renda

⁴ A Caixa de Conversão foi criada em 1906 (pelo Decreto 1.575, de 6 de dezembro) como mecanismo de manutenção do equilíbrio do poder de troca da moeda brasileira, existindo até 1920, e utilizava da emissão de papel-moeda com lastro em ouro. (SENADO FEDERAL, 2012)

do setor ervateiro, garantida, por sua vez, principalmente pelo crescimento da quantidade exportada — efeito da isenção de imposto de exportação do mate para Europa, América do Norte e Ásia. Mas logo viria uma alta dos preços internacionais fazendo com que a renda do mate crescesse a taxas superiores ao crescimento da produção.

Os bens substitutos ao mate eram, àquela altura, outras bebidas estimulantes, assim como o café e o cacau no mercado interno e também europeu e, ainda, com bebidas alcoólicas e o chá da Índia no exterior. ARANHA (1967) aponta a subordinação do Estado brasileiro aos interesses comerciais ingleses, que lucravam com o chá da Índia e não pretendia partilhar mercado, a razão para a baixa penetração do mate no mercado europeu. Isso parece ser bem plausível, considerado que em plena fase imperialista do desenvolvimento capitalista, a Inglaterra, então maior potência econômica, também detinha relativo controle político sobre territórios administrados independentemente por todo o globo.⁵ Outros autores, contudo, associam essa dificuldade de penetração nesse mercado ao sabor menos agradável que os bens substitutos e a uma série de fatores culturais do seu consumo como as formas de preparo tradicionais mais comuns (o chimarrão).

As formas de preparo da bebida a partir da erva-mate e os utensílios utilizados assim como os rituais do consumo sempre foram dos mais variados: desde a infusão das folhas de mate, servido numa cuia e sugada por uma bomba, como o tradicional chimarrão e como aparentemente faziam os quíchuas, ao consumo da bebida gelada, ou a temperatura ambiente, como no caso dos kaingangs. O fato é que por não ter se difundido pelo mundo, assim como o café, o mate é uma bebida tipicamente sul-americana. Sobre isso BOGUSZEWSKI (2007) e também LINHARES (1969) também lembram que por diversas vezes, desde a segunda metade do século XIX (já em 1862) e também durante o século XX, autoridades brasileiras, especialmente sulinas, e líderes dos produtores de erva-mate tentaram diversificar seus mercados consumidores. As tentativas tiveram como alvo principalmente a Europa e os Estados Unidos. Para eles, o sabor peculiar (amargo) e raramente agradável à primeira prova contrabalançava os diversos benefícios do consumo regular da bebida⁶, ressaltadas em cada

⁵ Ao tratar da economia paranaense nas primeiras décadas do século XX, SILVEIRA FILHO (1997) acrescenta que os traços da economia brasileira colonial e depois subordinada ao capitalismo inglês são como duas heranças indissociáveis do século XVIII, que moldaram a economia do estado.

⁶ No mate são encontrados em boa quantidade substâncias como a cafeína, teofilina e teobromina, as quais podem ser usadas com fins terapêuticos. Além do mais “O mate é uma bebida estimulante, elimina a fadiga, estimula a atividade física e mental, atuando benéficamente sobre os nervos e músculos. A cafeína presente no mate, exerce efeito sobre o sistema nervoso central, estimulando o vigor mental. Com vitaminas do complexo B, o mate participa do aproveitamento do açúcar nos músculos, nervos e atividade cerebral do homem; vitaminas C e E agem como defesa orgânica e como benefício sobre os tecidos do organismo; sais minerais, juntamente com a cafeína, ajudam o trabalho cardíaco e a circulação do sangue, diminuindo a tensão arterial, pois a cafeína atua como vasodilatador. Em tais situações, também, pode ser suprida a sensação de fome.

feira que se participava. A necessidade de assessorios e utensílios para o consumo na forma tradicional também é apontada como barreira para propagação do alimento nessas pesquisas. Questão esta que também aparece nas pesquisas de COUTY (1880), com destaque a questão da bombilha de uso comum ser um empecilho para que o consumo do mate seja assimilado pelos europeus.

Após a queda dos preços interno e externo da tonelada do mate em 1907 a 1909, a recuperação não duraria muito, já que a partir de 1913, como consequência de nova crise econômica mundial e aprofundado pelo início da Primeira Grande Guerra, a conquista do mercado europeu — ainda que insipiente — foi outra vez abortada e os preços caíram aos níveis da crise do final da década de 1900. Não bastasse, mesmo que pequena, vem a primeira colheita argentina de erva-mate, até então o principal importador. A crise seria pior, não fosse a desvalorização cambial entre 1913⁷ e 1916 e ao investimento no porto de Paranaguá, feito com empréstimo estrangeiro, no valor de 11 milhões de libras destinado a ampliação e melhorias de diversos portos brasileiros. Nesse meio ainda ocorre o desfecho da Guerra do Contestado, que tem a exploração do mate (e a questão da arrecadação fiscal dos estados do Paraná e Santa Catarina) como um dos motivos de disputa entre Paraná e Santa Catarina, revelando quão significativa era a renda gerada no setor.

A cada crise a Argentina dava mostras de que defenderia seu parque industrial ervateiro. A resposta do país platino diante de uma maior taxa da erva-mate brasileira cancheada era a redução na alíquota do imposto de importação desta. Assim o foi, novamente, no início da década de 1910. A Argentina usou esse diferencial de alíquota de importação para a erva-mate cancheada e beneficiada, 15 pesos ouro e 40 pesos por tonelada, respectivamente. Forçando assim uma substituição localizada de importações, houve um deslocamento do parque beneficiador para aquele país (ARANHA, 1967). Como foi o caso da Mate Laranjeira, que mantinha engenho em Buenos Aires, para onde mandava parte de sua produção de erva cancheada e a beneficiava (CORREA FILHO, 1957). Nos níveis de produção isso aparece como crescimento das exportações brasileiras — apesar da intenção do governo argentino de incentivar as plantações na região das Missões —, mas de fato constituía-se um risco de desindustrialização pontual.

Também favorece a diurese, sendo de grande utilidade nas moléstias de bexiga, atua também sobre o tubo digestivo ativando os movimentos peristálticos, facilita a digestão, suaviza os embaraços gástricos, favorecendo a evacuação e a mictação” (ANDRADE, 2004. Pg 27-28)

⁷ Antes disso, em 1911 foram tomados outros empréstimos, no valor de 6,9 milhões de libras e de 60 milhões de francos, para a estabilização do cambio, com efeito, inclusive.

Esse domínio sobre o mercado argentino parecia um brinquedo de macroeconomia, que se acalorava logo que surgiam desequilíbrios das contas externas, como durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1917 a Argentina ainda mantinha um diferencial na alíquota de importação da erva-mate cancheda (17 pesos ouro/ton) e beneficiada (42,4 pesos ouro/ton). O governo brasileiro, por sua vez estabeleceu um diferencial na alíquota de exportação a fim de quebrar o efeito da medida argentina, taxando a 45 réis o quilograma de erva beneficiada e a 80 réis o de cancheada (lei 1705 de 25 de março de 1917). De início isso levou a uma retração nas exportações e, em 1918, a alíquota para exportação de erva cancheada foi reduzida a 65 réis/kg, promovendo novamente a extração (ARANHA, 1967). Em 1919 (lei 1.319 de 17 de setembro de 1919) foi estabelecida uma diferença mínima na taxa de 200 reis por 15 kg entre mate beneficiado e cancheado.

Mesmo com essas medidas já no início da década de 1920 parece inevitável a perda do mercado argentino. Como uma fuga para frente o Governo de Caetano Munhoz da Rocha, no Paraná, reconhecendo a dependência da economia do estado, projetava medidas de racionalização da produção e melhora da mercadoria exportada a fim de ganhar mercados — em foco, novamente, o europeu e o americano, mas também do norte do Brasil (OLIVEIRA, 1974). Em Santa Catarina o Poder Executivo segue o mesmo caminho (sancionada a Lei 1.487, de 17 de agosto de 1925), regulamentando a colheita, estabelecendo multas e apreendendo “falsificações”. (SANTA CATARINA, 1926)

Novas pressões por parte da demanda, volta e meia, faziam emergir o problema da falsificação. Desta forma, as filicíneas conhecidas por congoinha e caúinha (uma corruptela de caúna), ou outras plantas como “orelha-de-mico” e guavirova (sendo esta utilizada também na secagem por ser aromática) eram acrescentadas em quantidades indiscriminadas ao mate que seguia alterado ao mercado consumidor. (CORREA FILHO, 1957). Como resposta aos produtores de má fé e, principalmente, para criar barreiras não tarifárias a Inspeção de Higiene da Argentina passou a criar barreiras à entrada de erva mate de má qualidade naquele país a partir do início do século XX. Uma das formas de avaliar a qualidade do mate era a quantidade de cafeína, o que foi usado por aquele órgão a fim de evitar a “falsificação” do produto. Outra forma de evitar o produto de má qualidade, tomada já por volta de 1915, foi a de exigir atestados oficiais de pureza para as partidas de erva-mate importadas. Isso teve impacto inclusive sobre o preço do mate, que se elevou. (ARANHA, 1967)

Durante a guerra, mas pesando a favor da elevação de preços, ainda em 1915, foi quebrado o monopólio da firma Companhia Mate Laranjeira no Mato Grosso, sendo fracionadas as terras e descentralizada a extração do vegetal para vários pequenos produtores

(lei 725 de 24 de setembro de 1915). Isso de início causou a queda na produção daquele estado. (CORRÊA FILHO, 1957)

O auge da produção ervateira na década de 1920

A elevação de preços de 1918 e 1919 parece ter provocado um forte crescimento da quantidade exportada de erva-mate por Santa Catarina nesse último ano, o suficiente para aumentar, para mais de um quarto do valor, a participação do setor no total das exportações do estado. Essa participação vinha declinando durante o século XX, salvo alguns momentos de pico da atividade, e chegara atingindo somente 7% do valor total exportado, em 1915.

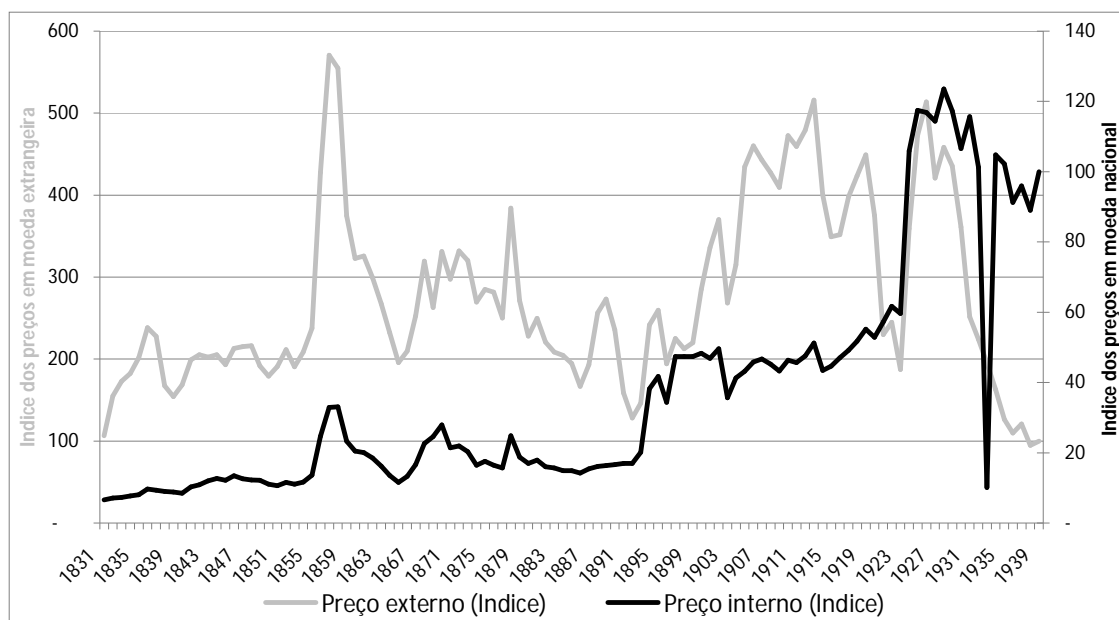
O início da década de 1920 traz, ainda, nova crise reflexa e, apesar da queda brusca na taxa de câmbio⁸ e a despeito da isenção e redução de imposto de exportação (lei 2.046, de 26 de março de 1921), à restrição das exportações brasileiras. A crise atingiu em cheio o lado externo da economia ervateira. O volume de divisas colocado na economia nacional pela venda de mate no exterior cai para níveis do início do século XX, o preço em libras em 1921 chegou à metade dos praticados em 1919. Mesmo assim a produção se manteve elevada, próxima do seu pico (1926), já que o preço em mil réis permaneceu alto e até se elevou no ano de 1922. Essa queda do preço internacional pode ter sido entendida pelos legisladores brasileiros como efeito do fornecimento de um produto de má qualidade pelos exportadores brasileiros. Estabeleceram-se para alterar essa condição um selo de garantia ao mate exportado (lei 1.956, de 26 de março de 1920), multas como penalidade aqueles que utilizassem do corte de ervas nocivas à saúde na mistura com erva mate (lei 1.966, de 31 de março de 1920) e, logo depois, a obrigatoriedade da análise química da erva-mate destinada à exportação (lei 2.023, de 12 março de 1921) e a publicidade no estrangeiro e no mercado interno (lei 2.107, de 25 de março de 1922).

Surtiram efeito as medidas logo que os Estados Unidos e a Europa aumentaram sua demanda por bens primários exportados pela América do Sul. Esses mercados nunca chegaram a importar do Brasil quantidades tão grandes de erva mate que pudessem ocasionar movimentos significativos na atividade ervateira, mas quando importavam mercadorias dos países latinos acabavam por ampliar, por sua vez, as suas capacidades de importação de bens produzidos no Brasil, além de pressionar para cima os preços internacionais do mate.

⁸ Entre 1920 e 1923 a taxa de câmbio despenca de 14,58 libras por mil réis para 5,42 libras/mil réis.

Segundo ARANHA, a Revolta Paulista em 1924 (com episódios no sul do Mato Grosso) e a promulgação da lei 2.278, de 26 de março de 1924, que proibia a exportação de erva-mate produzida no sul do Mato Grosso e no Alto Paraná e também estendia o Imposto de Indústria e Profissões aos produtores ervateiros, fizeram os preços da erva sulina subir. De outra forma, conflitos entre brasileiros e uruguaios na fronteira entre os dois países constituíram um empecilho também em 1924, mas que não duraria para além do ano seguinte, quando também se extinguiu um adicional do imposto de exportação estabelecido em 1924 (lei 2.253, de 24 de março de 1924). Essa afirmação, contudo, explica parcialmente o porquê dos preços continuarem a subir nos anos seguintes. Há na evolução dos preços internacionais e dos preços em mil réis da tonelada de erva-mate exportado uma discrepância que denuncia a especulação promovida pelos comerciantes exportadores da mercadoria, que auferiam elevados lucros em períodos de elevação dos preços internacionais, não repassando todo o aumento para suas relações comerciais internas.

Trajetória do preço interno e externo da tonelada de erva-mate, em número índice (1939 = 100) - 1831 a 1939.



Fonte: IPEADATA, 2012.

ARANHA (1967), fala ainda, em nota de rodapé, do surgimento de estruturas de mercado monopsônicas e oligopsônicas nos portos. Isso faria com que o processo de concentração dos capitais (já centralizados) fosse ainda maior. COUTY (1880) já havia percebido o descompasso entre o preço pago aos produtores e o preço de embarque nos portos litorâneos e afirmou que o transporte seria o responsável pela escalada de preços das cargas de

erva-mate. Mas OLIVEIRA (1974, pg. 41), sobre o mesmo tema, identifica três tipos de comerciantes intermediários que eram responsáveis pela formação do preço do mate: “a) o ‘bodegueiro’ ou comerciante do interior que compra ou troca e armazena a erva; b) o exportador que compra do bodegueiro para fins de beneficiamento, embalagem e venda nos mercados nacionais e internacionais; c) o varejista, único elemento imprescindível para a distribuição comercial”. Esses comerciantes faziam o preço da mercadoria saltar de um mísero pagamento aos trabalhadores ervateiros, que mal garantia a subsistência das famílias envolvidas na colheita, sapeco e secagem, a valores que tornavam ricos e poderosos os barões do mate, que ostentavam luxo em seus palacetes nos centros urbanos dos complexos ervateiros.

Assim, os capitalistas ervateiros também puderam acumular capital suficiente para diversificar seus investimentos. Daí deriva uma das formas de desdobramentos da acumulação a partir do complexo ervateiro. Em boa medida esses lucros foram canalizados para atividades ainda acessórias do mate, mas também a setores desconexos que apresentavam retornos atraentes devido ao crescimento do mercado interno e assim os extravasamentos de capital do setor ervateiro assentavam-se no processo de substituição escalonada das importações vivido no país.

Enquanto os produtores de café já se organizavam eficientemente para uma intervenção do Estado no controle de preços, já na primeira década do século XX, o mate ainda seguia a lógica de livre mercado até o final da década de 1920. Os fatores que explicam a diferença nos níveis de desenvolvimento das suas regiões produtoras são diversos, mas a característica dos investimentos, sobretudo, é que condiciona os desdobramentos da acumulação nessas regiões. Assim, enquanto para o café, exigindo racionalidade na produção, invertiam-se consideráveis somas de capital, a erva-mate seguia como economia tecnologicamente pouco desenvolvida, semi-industrial em boa medida, e com unidades produtivas bem menores.

CORREIA FILHO (1957) afirmou que da época dos estudos de Couty àqueles dias, pouco havia se alterado no processo de produção do mate, no que tange as técnicas empregadas na primeira fase de preparo, ainda nos ervais. Isso, sem exageros, já que a poda de todos os ramos da planta, apesar de facilitar o sapeco, como bem observou COUTY (1880), vai contra uma técnica agrônômica mais sofisticada, que garantisse a recuperação mais rápida da planta e, portanto, maior rendimento na sua vida. Sobre a secagem do mate CORREIA FILHO ainda relatou que, mesmo na década de 1950, eram raras as empresas que utilizavam de secadores mecânicos, sendo o barbaquá predominante.

Diante das limitações à produção e considerando, ainda, a melhoria significativa que o conjunto de leis precedentes ocasionou à qualidade da erva-mate comercializada no mercado externo, a demanda se ampliou e pressionou o preço a atingir seu pico em 1926⁹, ano que a produção também atingiu seu máximo, 92,6 mil toneladas, sem que fosse suficiente.

O declínio da atividade ervateira

O esgotamento das possibilidades de valorização da erva-mate brasileira em meio a uma conjuntura política e econômica que permitiu a intervenção estatal (mesmo de início ocorrendo de forma descentralizada) promoveu o debate sobre a estruturação de medidas de controle e intervenção nesse mercado. Em Santa Catarina, por iniciativa dos produtores e exportadores, surgiu em 1927, na cidade de Joinville (o centro ervateiro catarinense) o Instituto do Mate de Santa Catarina (que teve estatuto aprovado pelo decreto estadual nº42, de 15 de outubro de 1928). Os objetivos do organismo privado: defender a produção, promover o produto e estabilizar os preços, até então muito oscilantes, estabelecendo normas de padronização e tipos comerciais, levantando e sistematizando cada fase da indústria e os negócios, fixando período de colheita, preservando e até proibindo a derrubada de ervais, estabelecendo normas para rastreabilidade e incentivando inovações tecnológicas. Os recursos para seu funcionamento partiram do próprio setor, que foi sobretaxado inicialmente a 5 réis por quilo exportado (decreto estadual nº54, de 2 de dezembro de 1927), depois a 10 réis por quilo exportado (decreto estadual nº17, de 7 de março de 1930) e 60 réis por quilo vendido no mercado interno (decreto estadual nº11 de 18 de fevereiro de 1935) e, por fim, estendida a sobretaxa de 60 réis por quilo também para a erva exportada. Isso a fim de constituir um fundo de subvenção à propaganda do mate, que era repassado mensalmente ao Instituto.¹⁰

No Paraná, em 1928, por pressão dos poderosos coronéis do mate, foi criado pelo governo do estado (lei “Fontana”, lei nº. 2.559, de 2 de abril de 1928) o Instituto do Mate do Paraná, que passou a sediar-se em Curitiba. Assim como no seu par catarinense a presença do governo era restrita, basicamente para angariar recursos e oficializar os estatutos e diretorias.

⁹ Contribuindo o fato de que, em 1926, empréstimos contraídos no exterior pelo Estado de São Paulo e pelo Governo Central, de 50 milhões de libras e 60 milhões de dólares, respectivamente, levaram a uma valorização da moeda nacional.

¹⁰ Contudo a carga tributária crescente não foi assimilada pelos produtores sem ressalvas, como se observa no jornal Avante de Ouro Verde (Canoinhas-SC) em 1930, onde se lê uma crítica de um colunista a burocracia que se formou a partir da regulação da produção ervateira e das instituições públicas ineficazes, cujos dispêndios recaíam sobre o preço do mate e se sugere a organização cooperativa dos produtores. (O AVANTE, 1930)

Em Porto Alegre, em 1929, os argumentos utilizados pelos empresários passavam pela questão do aumento das receitas do estado. Mas serviam para o caso de êxito da propaganda levar ao aumento dos preços internacionais, já que, pela constituição de 1891, cabia aos estados a definição das alíquotas de exportação e ao benefício fiscal do comércio exterior. Um ano depois, com nova constituição, que transferia ao Governo Federal tal benefício fiscal, o argumento perderia o sentido.

Os institutos funcionavam de forma associativa onde, conforme ARANHA, os produtores de dentro tinham menores custos de produção. Não há estatísticas, contudo, que mostrem ser essa economia maior que a sobretaxa que pagavam para pertencer a esse grupo seletivo. A medida do Governo Federal de criar Cooperativas para aqueles produtores marginais, todavia, indica que essa vantagem existia. Outra iniciativa do Governo Federal no sentido de organizar os produtores foi a de estimular a criação de centros exportadores a grandes mercados específicos, além do Centro dos Cancheadores.

A atuação dos institutos estaduais, contudo, não foi, nem de longe, suficiente para conter a queda dos preços na década de 1930. Como resultado, as iniciativas localizadas e descordenadas, sem ao menos servir para uma incorporação de técnicas ou melhorias infraestruturais, estavam fadadas ao fracasso.

Em 1935, diante do fracasso dos institutos estaduais, os produtores, após reuniões e debates em forma de Comissão Interestadual dos Produtores de Mate (que reunia representantes de todos os municípios ervateiros do Paraná e Santa Catarina) tomaram por bem atuar de forma cooperativa, chegando a existir 112 dessas associações (BACILLA, 1940).

O movimento não cessa por aí: ainda virão as federações de produtores nos três estados sulinos e, em abril de 1936, a Confederação Nacional, Criada em Mafra, no planalto norte catarinense. ARANHA afirma que esse movimento acabou por transformar o mercado ofertante de mate de concorrencial imperfeito em monopolista, liderado pelos maiores produtores, o que acabaria, via markup elevando a taxa de lucro do setor (mantida a estrutura produtiva que não poderia ser transformada de um ano para outro) e elevando-se os preços. É bem verdade que em 1937 há uma pequena elevação nos preços da tonelada de mate, assim como também houve com o café. Desta forma, entendemos que isso não se constitui prova de que a criação da confederação tenha surtido algum tipo de efeito positivo como seria de se esperar de uma transformação de uma estrutura concorrencial, mesmo que imperfeita, em uma estrutura monopolística.

Talvez o maior mérito da confederação tenha sido a pressão ao Governo Federal pela organização de uma rede de armazéns, de cooperativas de consumo, crédito e produção. A

atuação desses organismos todos permitiu uma queda mais amena da atividade ervateira, mas não conseguiu abrandar a volatilidade altíssima dos preços da tonelada de erva.¹¹

No mercado interno o consumo do mate ficou praticamente restrito aos estados do sul. É importante notar que mesmo aqui ainda há uma diferenciação na forma de consumo do mate à medida que o século XX trazia o processo de urbanização e desenvolvimento das principais cidades. Pois à medida que se formava uma burguesia nacional e se intensificava nessas cidades a disparidade entre as classes mais abastadas e os trabalhadores, surgia, através da cópia do estilo de vida europeu, diferenciação na forma de consumo da erva-mate. Os ricos, tendo em mente o estereótipo inglês de homens e mulheres civilizados, passaram a preferir o consumo de chá, enquanto o chimarrão era visto até mesmo como uma forma bárbara de preparo da bebida. (BOGUSZEWSKI, 2007)

Naquele momento, em 1938, a firma Leão Junior & Cia., então um dos maiores capitalistas ervateiros do Paraná, lançou ao mercado nacional um novo produto, o chá da folha de mate queimada (BOGUSZEWSKI, 2007). Diante das dificuldades de importação dos chás estrangeiros durante a Segunda Guerra e alçado ao mercado interno por um considerável investimento em propaganda o chá mate acabou por se firmar. É bem verdade que a idéia não surgira ali, outras firmas já produziam, desde a década de 1910, tipos diferentes de chá mate e outras bebidas a base de erva-mate, quase sempre destinados à exportação (ALMANAK LAEMMERT, 1918).

Outras empresas provavelmente adotaram medidas parecidas a da Leão Junior. Isso contribuiu para dar um novo ânimo para a indústria ervateira no Brasil. Como é de se esperar, houve a partir disso uma diferenciação ainda maior entre as firmas produtoras, ficando os menores com os produtos de menor intensidade em capital.

A crise do início da década de 1930 atingiu profundamente todas as economias sul-americanas. Em 1931 o Uruguai decretou moratória aos pagamentos internacionais e restringiu suas importações; em 1932 o abandono do padrão ouro pelo Chile e a redução de suas importações; em 1933 foi a vez de a Argentina tomar as medidas dilatórias dos pagamentos externos e, ainda, aprofundar seu processo de substituição de importações, inclusive estendendo seus ervais e sua indústria do mate. Inquestionavelmente, o processo de substituição de importações na Argentina, com plantio de ervais e instalação de engenhos no norte do país, que da década de 1930 em diante fez diminuir as exportações daqui para lá

¹¹ Foi usado como medida de volatilidade o coeficiente de variação (desvio padrão dividido pela média móvel) de cinco anos anteriores. Calculado para o intervalo de 1835 a 1939 os períodos de maior volatilidade foram de 1856-62, 1891-97, 1921-27 e, justamente, 1931-39.

gradualmente até não haverem mais na década de 1950, foi o principal motivo para o encolhimento do mercado ervateiro brasileiro.

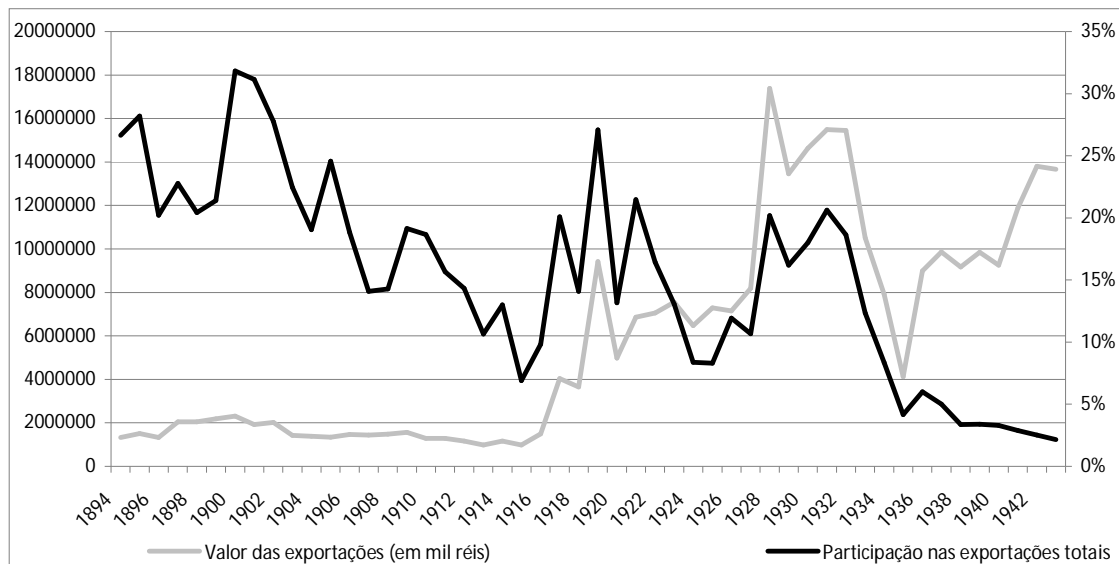
Do lado interno, a década de 1930 representa um período de profundas mudanças políticas e econômico-sociais, percebendo-se, em meio a todo um quadro extremamente complexo imposto pela crise, uma transição das prioridades na condução das políticas econômicas.

Em uma curva fortemente correlacionada com a do café, já desde a década de 1910, os preços e a renda do setor ervateiro entram em queda livre. A tendência baixista não se reverteria até o início da década de 1950.

Neste meio foi criado o Instituto Nacional do Mate, o elo regulador do complexo ervateiro. Toda a capacidade de articulação dos institutos e órgãos estaduais seria centralizada no Instituto Nacional do Mate.

Quando da criação do Instituto Nacional do Mate, o complexo ervateiro não era a principal atividade econômica dos estados do sul do Brasil. Acontece que a marcha de expansão da economia brasileira promovida pelo surgimento da indústria e pelo processo de industrialização, mesmo que ainda restringida, levou a uma diversificação de atividades e a uma profunda transformação tecnológica.

Evolução do valor das exportações de mate catarinense e da sua participação no total das exportações do estado - 1894 a 1943



Fonte: IPEADATA, 2012; GOULARTI FILHO, 2002.

A centralização do comando da economia sob um poder público federal disciplinou os investimentos a fim de promover um intenso processo de substituição de importações. A acumulação promovida nos setores exportadores em sua fase áurea permitiu a diferenciação social e a formação dos aportes de capital a serem invertidos no setor industrial. A partir daí o mate perde trono, deixa de ser a atividade motriz do sul do país.

Considerações finais

Paralelamente as questões macroeconômicas e de ordem internacional, condições históricas regionais também são responsáveis pela redução da produção. Sendo um recurso florestal e tendo o grosso da sua produção associado ao extrativismo em ervais nativos o principal motivo para as quedas no volume de produção é a redução da área de floresta. Seja para exploração da madeira ou pelo avanço das lavouras a derrubada da mata com araucárias implica a redução dos ervais (ANDRADE, 2004). O baixo valor econômico da floresta intacta (do extrativismo) associado à urbanização e a expansão da fronteira agrícola responderiam por um longo desmatamento, nas décadas seguintes.

Apesar das intempéries do mercado, o resultado é que entre a década de 1830 ao início do século XX a renda auferida pela atividade ervateira seguia trajetória de elevação, ora pelos preços ascendentes, ora pela expansão do volume produzido. Os investimentos de novos capitais concentravam-se no meio urbano, nas atividades de beneficiamento e acessórias da indústria ervateira, que se tornavam cada vez mais complexas, quando se ia adicionando elementos do capitalismo moderno e indústrias como a gráfica, por exemplo, surgiram para servir a atividade ervateira em expansão. No meio rural os períodos de expansão da produção de erva-mate representavam alargamento da fronteira com extrativismo mercantil. Assim foi-se espalhando ervais subordinados a esses centros urbanos ervateiros e, conseqüentemente, ao modelo de economia reflexa pelo terceiro planalto do Paraná, pelo que é hoje o sul do Mato Grosso do Sul, e pelo planalto catarinense. Após algumas décadas Ponta Porã tornou-se o principal centro de convergência da produção ervateira de Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 2011), assim como Joinville o foi para o complexo ervateiro catarinense e Curitiba (em outra magnitude), para o paranaense. Diferente da produção gaúcha de mate, que mal abastecia o consumo no próprio estado, a produção catarinense e também paranaense dividiam-se entre o mercado interno e externo. O Mato Grosso dedicou-se quase que exclusivamente à exportação. (MORAES, 2010)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMANAK LAEMMERT. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Almanak Laemmert, 1901.

_____. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Almanak Laemmert, 1905.

_____. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Almanak Laemmert, 1918.

ANDRADE, Alcides Antunes de. **O Problema Capital da Nossa Herva Matte**. Ouro Verde: Jornal Avante, 6 de março de 1930.

ANDRADE, Fabiana Maia. **Avaliação de biomassa, clorofila, cafeína e tanino em Ilex paraguariensis saint-hilaire, crescendo sob sombreamento e pleno sol** (Dissertação de mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

ARANHA, Luis Fernando de Souza. **O mercado ervateiro**. São Paulo, 1967.

BACILLA, Antônio. **O drama do mate**. Curitiba: Editora Guairá Ltda., 1940.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. **Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações** (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Ervais do Brasil e ervateiros**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1957.

COUTY, Louis. **Le maté et les conserves de viande: rapport à son excellence monsieur le ministre de l'agriculture et du commerce**. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880.

FERNANDES, José A. **Relatório para exame de qualificação**. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2011.

IPEADATA. **Comércio Exterior: Séries históricas**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 de agosto de 2012, às 21h36min.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

MORAES, Cristina de. **Organização Espacial da Produção de Erva-Mate no Município de Palmitos/SC** (Dissertação de Mestrado). Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

OLIVEIRA, Marisa Correia de. **Estudo da erva-mate no Paraná: 1939-1967** (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

SANTA CATARINA. **Collecção de leis relativas ao ano de 1925**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1926.

SENADO FEDERAL. **Legislação**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10 de setembro. 2012.

SILVEIRA FILHO, José da. **A acumulação do capital**: o caso da erva-mateno Paraná de 1820 a 1930 (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.